

# EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA  
LARGO DA INDEPENDÊNCIA, S/N, SEDE DO SAAE, BAIRRO CENTRO,  
CIDADE DE ALAGOINHAS/BA CEP 48000-111  
Telefone (75) 98179-2032: [licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br](mailto:licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br)

Processo Administrativo Nº 05/2026

Protocolo interno nº 1078/2026

Plataforma: <https://portal.licitanet.com.br>

## SESSÃO PÚBLICA NA INTERNET

- Entrega das Propostas a partir de 13/05/2026 - Hora: 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).
- Data de abertura da sessão pública 26/05/2026 - Hora: 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).
- Endereço Eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br> Tempo de disputa: até 10 minutos mais o tempo aleatório.

## TIPO DE LICITAÇÃO / FORMA DE EXECUÇÃO

X	Menor Preço		Item		Empreitada Por Preço Unitário
	Maior Oferta	X	Lote		Empreitada Por Preço Global
			Global		Compra Parcelada

## OBJETO RESUMO

### AQUISIÇÃO DE HIDROMETRO ATREVES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP)

A contratação através do Sistema de Registro de Preço (SRP) visa a aquisição de hidrômetros para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas- Ba (SAAE ALAGOINHAS) conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

VALOR ESTIMADO LOTE 01	R\$ 2.086.876,00
VALOR ESTIMADO LOTE 02	R\$ 595.396,00
<b>VALOR ESTIMADO DOS DOIS LOTES</b>	<b>R\$ 2.682.272,00</b>

## PREAMBULO:

### 1.0-REGÊNCIA LEGAL:

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao DECRETO MUNICIPAL Nº 6.100/2024.e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital. Torna-se público, para conhecimento, que o(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA (CNPJ:13.644.919/0001-60), através de seu(s) AGENTE DE CONTRATAÇÕES e COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – PORTARIA 128/2025, ambas sediada(s) Largo da Independência, sn, Sede do SAAE, Bairro Centro, Cidade de Alagoinhas/BA – CEP 48000-111 [[licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br](mailto:licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br)], realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo **Menor Preço Lote**, em consonância da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei complementar 123/06 e demais legislação aplicável de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, buscando a propostas mais vantajosas para esta Autarquia

**2.0-UNIDADE SOLICITANTE / DEMANDANTE / GESTOR FISCAL DE CONTRATO/ AGENTE HOMOLOGADOR**

<b>DEMANDANTE</b>	Coordenação de Medição/ Dir. Comercial
<b>GESTOR CONTRATO</b>	Eloisio de Souza Oliveira
<b>FISCAL DE CONTRATO</b>	George Santos Nonato
<b>AGENTE HOMOLOGADOR</b>	Renavan Sobrinho/ Dir. Geral

**3.0-DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**3.1** O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

**3.2** Os trabalhos serão conduzidos por funcionários do SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS – BA (SAAE ALAGOINHAS), denominado Agente de Contratação e Comissão de Contratação ambos nomeados através da portaria nº 128/2025 mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET” constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br>

**4.0- RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa conforme indicado no preâmbulo deste edital.

**5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

**5.1.** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, que sejam qualificadas, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**5.2.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

**5.3.** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**5.4.** É vedada à participação direta na presente licitação de:

a) Pessoa física;

b) Consórcio de empresas;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

e) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Alagoinhas/Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;

f) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo.

g) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

i) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador.

j) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

k) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- L) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público, que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- m) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- n) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- o) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- p) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- q) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- r) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- s) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- t) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem as alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- u) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- v) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- w) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021
- x) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**5.5.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.5.1. Todas as ações referente ao certame serão realizados no sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meios para cadastro de propostas e documentações.

**5.6.** O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto à LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

**5.7.** Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital e seus anexos, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante solicitação do Agente de Contratação, com a inserção de catálogos do fabricante.

## **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**6.1.** O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da Comissão de Contratação e ou equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos do certame;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance mais vantajoso;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA**

**7.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 5.6, operador devidamente credenciado ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: LICITANET <https://licitanet.com.br>

**7.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em seus Anexos.

**7.3.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**7.4.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, sob a responsabilidade do seu usuário.

**7.5** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao SAAE Alagoinhas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**7.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico

## **8. PARTICIPAÇÃO**

**8.1.** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**8.2.** É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

**8.3.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**8.4.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida junto ao LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, com o técnicos da empresa;

**8.5** A participação no pregão se dará exclusivamente das empresas que estejam habilitadas e de acordo com as exigências técnicas expressas nos anexos desse edital

## **9.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1.** O proponente deverá elaborar a sua **PROPOSTA DE PREÇOS** em consonância com o **MODELO EM ANEXO**, expressando os valores em moeda nacional (reais e centavos), com no máximo 02 (duas) casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

**9.1.1.** É obrigatório o detalhamento do valor unitário na proposta apresentada, assim como a colocação da **marca / fabricante / fornecedor** que estará sendo ofertada pelo licitante.

**9.1.2.** A soma dos valores da Proposta Inicial, não poderá ser superior ao(s) valor(es) apresentado(s), serão eliminados do certame, e qualquer distorção no valor unitário apresentado na proposta ofertada, que se encontre fora dos parâmetros aceitáveis

***NOTA 01:** A composição da PROPOSTAS DE PREÇOS além de seguir os modelos EM ANEXO, deverá respeitar a composição máxima quanto ao valor unitário de cada item, tomando este como valor limite aceito para cada um dos produtos ofertados*

**9.1.3.** Existindo questionamento, deverá ser encaminhado, devidamente justificado para análise em documento oficial do licitante para o portal <https://licitanet.com.br>

**9.2.** A proponente ao cadastrar sua proposta deverá atentar para o campo previsto para descrever as informações exigidas, verificando as exigências dos Anexo deste **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026** –<https://licitanet.com.br>, **DE PROCESSO ADM. 005/2026**, a fim de não ter sua proposta **DESCCLASSIFICADA** da etapa competitiva de lances.

**9.3.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas em anexo (modelo) do edital.

**9.3.1.** A proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e demais condições exigidas neste edital e em seus Anexos, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

**9.3.2.** A declaração pressupõe toda conformidade exigida em atendimento ao Artigo 63 a 70, da Lei nº 14.133/21, que dispõe ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

**9.4.** Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

**9.5.** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

**9.6.** Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

**9.7** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

**9.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e de seus ANEXOS ou que consignarem valores incompatíveis aos praticados no mercado ou com preços manifestamente **INEXEQUÍVEIS**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes e/ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

**9.9** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.10.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**9.11.** A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**9.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX,



da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico - LICITANET no site <https://licitanet.com.br> na data, horário e local indicados neste Edital.

**10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**10.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**10.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**10.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**10.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

**10.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor item totalizando o valor lote

**10.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**10.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**

**10.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**10.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado podendo ser exemplo: Fechado, Fechado Aberto, Aberto Fechado, Aberto.

**10.13.** Neste pregão eletrônico será adotado para o envio de lances o **SRP** (Sistema de Registro de Preços) com o modo de disputa **"ABERTO/FECHADO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.13.1** SRP" refere-se a um pregão eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços, que é uma modalidade de licitação para registrar formalmente os preços de bens e serviços para futuras contratações, Em vez de contratar imediatamente, a licitação forma uma [Ata de Registro de Preços](#), que pode ser utilizada por diversos órgãos, gerando economia de escala e administrativa, e permitindo a aquisição conforme a necessidade ao longo do tempo.

**10.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela comissão de contratação e ou equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.13.6.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até cinco minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.14.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.14.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**10.14.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.14.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.17.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

**10.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.22.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**10.22.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**10.22.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**10.22.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.22.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

**10.22.2.2.** Empresas brasileiras;

**10.22.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 10.23. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

**10.24.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.25.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.26.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e em seus Anexos já apresentados.

**10.27.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findado o prazo.

**10.28.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**10.29.** A critério do Agente de Contratação, poderá exigir a planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos e serviços envolvidos na contratação e sua apresentação será no prazo máximo de 03 (três) horas a partir da solicitação. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

**10.30.** Após o encerramento da etapa competitiva, fica oportunizado a todos os licitantes do certame, arrematantes ou não, a manifestação acerca da intenção de compor o Cadastro de Reserva, POR ITEM/LOTE e ou GLOBAL, no prazo máximo de 03 (três) horas.

**10.31.** A manifestação de que trata o item 10.30 deverá ser, exclusivamente, através do portal: <https://licitanet.com.br>.

## **11. FASE DE JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a fase de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

**11.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29)

**11.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

**11.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).



**11.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**11.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação o examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**11.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência

**1.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**11.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**11.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.8.** No caso de bens e serviços em geral, e indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, o que comprove:

**11.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

**11.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.10.** Caso o custo do lote estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, requisitos de qualidade dos equipamentos e requisitos específicos de qualificação da mão de obra necessária o licitante classificado deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, avaliação dos equipamentos e avaliação da mão de obra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo do demais licitantes.

**11.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**11.16.** No caso de não haver a execução e exigências contidas nesse edital e seus anexos ou não sendo aceita pelo Agente de Contratação, Fiscal do Contrato e ou Equipe Técnica, ou havendo algo fora das especificações e exigências contidas nesse edital e seus anexos, a proposta do licitante será recusada.

**11.17.** Se a(s) exigência(s) apresentada(s) pelo licitante não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação. Seguir-se com a verificação da(s) solicitações e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.1.1** As empresas Licitantes deverão apresentar os documentos especificados a seguir:

a) Documentação Relativa à Habilitação Jurídica;

- b) Documentação Relativa à Regularidade Fiscal;
- c) Documentação Relativa à Qualificação Técnica;
- d) Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

**12.2.** A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor (última alteração), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações acompanhado dos documentos da eleição de seus atuais administradores;
- c) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente

**12.3.** A Regularidade Fiscal será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS.
- h) Comprovação de licença de funcionamento no município da contratante – Alvará de funcionamento.
- i) CERTIDÃO NEGATIVA DE CONCORDATA OU FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas.

*Observação 01: A certidão de quitação dos tributos municipais poderá ser substituída pela apresentação da certidão de quitação de tributos mobiliários*

**12.4.** Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, será exigido comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. E que estejam de acordo com as **Habilitação Técnica** exigidas nos Anexo (TR) Termo de referências e (ETP) Estudo Técnico Preliminar em anexos a este edital. Não sendo o agente de contratação e ou a comissão de contratação responsáveis pela elaboração e exigências contidas nos anexos de formação técnica desse edital.

**12.4.1.** Além do atestado acima, o licitante deve apresentar declaração que segue os cuidados relacionados a sustentabilidade, e que atende aos requisitos, que se baseiem no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), quanto ao descarte, onde devem ser realizados com todos os cuidados, sobretudo se existir a presença de substância que venham a ser prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana.

**12.5.** O licitante deve anexa declaração de que cumpre o Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (**ANEXO**), mediante apresentação de declaração em papel timbrado do licitante.

**12.5.1.** Em caso de não ser o compromissário sócio da empresa, deverá apresentar procuração com poderes específicos.

**12.6.** Os documentos exigidos para essa habilitação deverão ser encaminhados em formato A4 (PDF), anexados ao sistema do **PORTAL** <https://licitanet.com.br> de forma sequencial ao Edital.

**12.6.1.** É obrigatório que o **CONTRATO SOCIAL** e os documentos de identificação dos responsáveis estejam autenticados, física ou eletronicamente, ao serem anexado – **PORTAL** <https://licitanet.com.br>

**12.6.2.** Os demais documentos de habilitação deverão ser encaminhados também com formato A4, em configuração que possam ser identificados, e feita sua comprovação dos nomes, razão social do licitante, a modalidade, número e a data da licitação, além do termo "HABILITAÇÃO", em sendo solicitado por **Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação**

**12.7.** Serão considerados como vícios sanáveis, falhas irrelevantes cometidas pelos licitantes em relação aos documentos e propostas apresentadas, assim consideradas as que não digam respeito à exigência de natureza material, ou as de cunho formal que sejam reputadas indispensáveis para adequada avaliação da pessoa do licitante ou da sua proposta.

**12.8.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

a.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/visao-geral>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>);

e) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e/ou também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

f) Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

**13.2.** A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados para o sistema do LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

**13.2.1.** A Manifestação da impugnação deverá ser enviada no sistema e constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica, com a indicação de todos os itens a serem impugnados ou esclarecidos;

**13.2.2** Caso a manifestação não atenda ao descrito no item, será de pronto indeferido para que possa ser complementado e reenviado no sistema para apreciação da manifestação;

**13.3.** O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

**13.3.1.** Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

a) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no e-mail [licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br](mailto:licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br), no sistema LICITANET – no site <https://licitanet.com> e no Diário oficial do SAAE Alagoinhas.

b) A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

c) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**14.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**14.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**14.3.2.** A prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**14.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**14.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no portal eletrônico

<https://licitanet.com.br>

## **15. DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

**15.2.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do **Agente de Contratação**, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**15.3.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**15.4.** Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** (em Anexo) e ou **CONTRATO** conforme decisão do **Gestor Geral** no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 (QUANDO FOR O CASO).

**15.5.** Para a assinatura do(s) Contrato(s) e ou Ata de Registro de Preço (SRP) (**MINUTA – ANEXO**), a empresa deverá ser representada por Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou PROCURADOR com poderes específicos para assinar o contrato.

## **16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**16.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável de acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**16.2** Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**16.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(TRINTA) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**16.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**16.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**16.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**16.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**16.8** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (Dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

**16.8.1** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.9** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**16.9.1** O prazo de validade

**16.9.2** Data de Emissão

**16.9.3** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**16.9.4** O período respectivo de execução do contrato;

**16.9.5** O valor a pagar;

**16.9.6** E eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**16.10** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**16.11** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.12** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**16.13** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**16.14** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**16.15** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.



**16.16** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Podendo ser paga em 3 parcelas, 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

**16.17** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**16.18** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**16.19** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**16.20** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**16.20.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**16.21** A medição mensal de insumos, equipamentos permanentes e serviços serão realizados da forma expressa em anexo desse edital no (TR) **Termo de Referencia** (CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO)

## **17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):**

**17.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste edital e no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**17.1.1.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei n. 14.133/2021).

**17.1.2.** Alocar os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Edital e do Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**17.1.3** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal administrativo do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**17.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

**17.1.5.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

**17.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o prazo de 10 (dez) dias após a solicitação, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## **18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** Os pagamentos serão efetuados conforme requisição e entrega efetivada do objeto, de forma parcelada nos prazos de 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias a contar da apresentação das

notas fiscais, não devendo a contratada, por qualquer motivo, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

**18.2.** Quando houver erro de qualquer natureza em emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente para substituição e esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

**18.3.** Não serão pagos os fornecimentos em desacordo com as especificações que integram este Edital e todos os seus Anexos.

**18.4.** O gerenciador/fiscal de contrato será indicado pela Direção da empresa contratante.

## **19. REAJUSTAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**19.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

**19.2.** A Administração poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação da variação de preços para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, analisando cada caso específico. (Lei nº 14.133/2021, art. 124 a 136)

**19.3.** Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será observado o critério de reajustamento em sentido estrito, mediante solicitação expedida pela **CONTRATADA**.

**19.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) **FISCAL(IS) DO CONTRATO**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

**19.5.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**19.6.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**19.7.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**19.12.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**19.13.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**19.14.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **20. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**20.1.** O prazo de vigência contratual estará adstrito aos créditos orçamentários, contados de suas assinaturas, com pagamentos em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, previstos na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

## **21. PENALIDADES**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**21.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

**21.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**21.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 21.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível
- 21.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 21.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 21.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 21.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 21.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 21.1.5.** Fraudar a licitação;
- 21.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 21.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 21.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 21.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 21.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 21.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 21.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 21.2.1.** Advertência;
  - 21.2.2.** Multa;
  - 21.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
  - 21.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 21.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 21.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
  - 21.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 21.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 21.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial
  - 21.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 21.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 21.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa
- 21.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 21.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 21.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7
  - 21.8.1** Bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 21.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 21.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**21.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**21.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**21.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**21.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**21.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **22. DA RESCISÃO**

**22.1.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 14.133/21.

**22.2.** O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 14.133/21.

**22.3.** Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei 14.133/21, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

## **23. REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO**

**23.1** A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21.

## **24. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.** É facultado a Administração rejeitar o objeto, desde que seja apresentada proposta em desacordo com as exigências do Edital e em seus Anexos.

**24.2.** A qualquer tempo, antes da data fixada para a apresentação das propostas, poderá o **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá efetuar a divulgação, com restituição de todos os prazos exigidos em lei.

**24.3.** É facultada ao **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

**24.4.** O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação dos participantes para a continuidade dos trabalhos.

**24.5** As especificações técnicas, requisitos de habilitação e demais condições constantes do **Termo de Referência (TR)** foram elaboradas e aprovadas pelo setor técnico competente do **SAAE ALAGOINHAS - BA**, que responde pela sua adequação e conformidade com a legislação vigente.

**24.6** O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** limita-se à condução do processo licitatório, não lhe cabendo a responsabilidade pela definição das exigências técnicas do objeto, as quais são de inteira responsabilidade da área requisitante.

**24.7** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

**24.8** As despesas com a contratação, para a execução do objeto licitado, correrão à conta dos recursos constantes do orçamento da Autarquia requisitante, previamente indicadas a saber:

<b>Função Programática</b>	<b>Elemento de Despesa</b>
<b>17.512.0005.1.064</b>	<b>4.4.90.52.00 -753</b>

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PARTES INTEGRANTES**

**25.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**25.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**25.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**25.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**25.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> ou através do endereço eletrônico do SAAE E-mail: [licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br](mailto:licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br) e/ou <https://saaealagoinhas.org/licitacoes/>

**25.11.** Integram o presente Edital os anexos abaixo relacionados:

Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Proposta de Preço; Anexo III – Minuta de Registro de Ata ou Minuta de Contrato Anexo IV – Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;	Anexo V – Termo de credenciamento; Anexo VI – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica; Anexo VII – Declaração de observância ao Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição federal.
--	--

## **26. DO FORO**

**26.1.** Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Domicílio da ENTIDADE CONTRATANTE como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente processo licitatório, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados diariamente, das 07h30min às 17h30min, através do E-mail: [licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br](mailto:licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br)

Alagoinhas/BA, 12/05/2026

Renavan Andrade Sobrinho  
Diretor Geral



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

A contratação visa a aquisição de hidrômetros para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os hidrômetros, serão usados na ampliação das novas ligações, assim como, na substituição de equipamentos danificados e roubados. O SAAE Alagoinhas tem uma carência de cerca de 15 mil hidrômetros, visando medir todas as suas ligações, portanto é necessário a aquisição paulatina dos medidores.

O objeto é comum e continuado por escopo.

O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se prorrogação devido a ata de registro de preço.

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade
1	HIDRÔMETRO TIPO MULTIJATO, VAZÃO PERMANENTE Q3 2,5M <sup>3</sup> /H, R80, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 $\geq$ 160H / 63V COMPRIMENTO 115MM A 165MM SEM TUBETES, DN 15 OU ½ POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, BLINDAGEM II COM CINTA METÁLICA NA RELOJOARIA, CARÇAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.	Unid	6000
1	HIDRÔMETRO TIPO MULTIJATO, VAZÃO PERMANENTE Q3 4,0M <sup>3</sup> /H, R100, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 $\geq$ 160H / 63V COMPRIMENTO 115MM A 190MM SEM TUBETES, DN 20 OU 3/4 POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, BLINDAGEM II COM CINTA METÁLICA NA RELOJOARIA, CARÇAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.	Unid	3400
2	HIDRÔMETRO TIPO ULTRASSÔNICO, VAZÃO PERMANENTE Q3 2,5M <sup>3</sup> /H, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 R400 COMPRIMENTO 115MM A 165MM SEM TUBETES, DN 15 OU ½” POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, SEM OPÇÃO DE SAÍDA PULSADA E RADIO LORA, OPÇÃO DE FECHAMENTO/CORTE A DISTÂNCIA, INCLUINDO RECEBIMENTO E TRANSMISSÃO DE DADOS A SERVIDOR, CARÇAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. INCLUINDO A DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE LEITURA E GERENCIAMENTO DOS MEDIDORES (SISTEMA EM NUVEM).	Unid	550

2	HIDRÔMETRO TIPO ULTRASSÔNICO, VAZÃO PERMANENTE Q3 4,0M <sup>3</sup> /H, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 R400 COMPRIMENTO 115MM A 190MM SEM TUBETES, DN 20 OU 3/4" POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, SEM OPÇÃO DE SAÍDA PULSADA E RADIO LORA, OPÇÃO DE FECHAMENTO/CORTE A DISTÂNCIA, INCLUINDO RECEBIMENTO E TRANSMISSÃO DE DADOS A SERVIDOR, CARCAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. INCLUINDO A DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE LEITURA E GERENCIAMENTO DOS MEDIDORES (SISTEMA EM NUVEM).	Unid	50
---	--	------	----

A licitação deverá ocorrer em dois lotes distintos, por meio de ata de registro de preços, com validade de 1 ano.

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.682.272,00 (dois milhões seicentos e oitenta e dois mil duzentos e setenta e dois reais).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se no fato de que a Coordenação de Hidrometria do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas é responsável pela leitura e acompanhamento dos hidrômetros.

A coordenação necessita da aquisição dos equipamentos solicitados, a fim de manter em pleno funcionamento o sistema comercial da Autarquia, garantindo a leitura correta e a entrega das faturas à população.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. Como uma de suas linhas de ação, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas busca atender as necessidades do setor comercial da Autarquia, uma vez que é por meio da implantação dos hidrômetros e da sua leitura que são emitidas as faturas para todos os usuários.

3.2. Considerando a necessidade do setor, o fornecedor deverá atender as especificações detalhadas na planilha de descrição do objeto mediante solicitação de fornecimento.

3.3. As especificações técnicas são relacionadas a seguir para cada equipamento a ser



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESCOTO - Largo da Independência, s/n, Centro,  
Alagoinhas, Bahia. CEP: 48.020.480 - Tel.: (75) 3182-6000 | (75) 3182-6012.

---

adquirido.

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS HIDRÔMETROS**

### **LOTE 1 – HIDRÔMETROS VELOCÍMETRICOS**

#### **1.1. Características Gerais**

- Tipo: Hidrômetros com funcionamento taquimétrico (velocidade) do Tipo Multijato (múltiplos jatos).
- Tecnologia: velocimétrica e magnética, com sistema de transmissão magnética blindado contra campos externos.
- Classe de exatidão 2: Conforme Portaria INMETRO nº 155/2022.
- Instalação: Posição horizontal e vertical (H/V).
- Pressão máxima de trabalho: 16 bar (16 kgf/cm<sup>2</sup>) ou superior.
- Temperatura máxima admissível (TMA): T50 (50°C), conforme ABNT NBR 16043:2012.
- Vazões:
  - ✓ Q3 = 2,5 m<sup>3</sup>/h (1/2") e 4,0 m<sup>3</sup>/h (3/4")
  - ✓ Q1 = R80 16 L/h para 1/2" e R100 25 L/h para 3/4"
  - ✓ Q2 = R80 25,6 L/h para 1/2" e R100 40L/h para 3/4"
  - ✓ Q1 = Q3/range
  - ✓ Máxima relação Q3/Q1 – 100H / 40V para 1/2 " e 160H / 63V para 3/4"

---

#### **1.2. Dimensões e Conexões**

- Comprimento:
  - ✓ 115 a 165 mm, sem conexão para diâmetro das extremidades roscadas: DN 15 ou 1/2", conforme ABNT NBR 8194:2019
  - ✓ 115 a 190 mm, sem conexão para diâmetro das extremidades roscadas: DN 20 ou 3/4", conforme ABNT NBR 8194:2019

---

#### **1.3. Mostrador (Relojoaria)**

- Tipo seco, orientáveis em até 360° com limitador de rotação e com grau de proteção IP68.
- Cúpula em vidro temperado de alta resistência, inclinada com proteção contra fraudes por perfuração e condensação.
- Tampa protetora articulada, com encaixe metálico, cobrindo toda a relojoaria.
- Leitura direta através de cilindros ciclométricos e com relojoaria a 45°.

- Equipada com emissor de pulso para medição à distância;
- Totalizador:
  - ✓ Capacidade mínima: 4 dígitos ou superior, com registro mínimo de 9.999 m<sup>3</sup> e resolução mínima de X0,00001 m<sup>3</sup>.
  - ✓ Com QR Code, numeração sequencial, portaria de aprovação e logotipo do fabricante.
- Estrutura interna:
  - ✓ Dispositivo indicador de menor velocidade, utilizado para calibração eletrônica e detecção de vazamentos;
  - ✓ Componentes em plástico de engenharia.
  - ✓ Mancal central em safira sintética ou resina plástica.
  - ✓ Eixos em aço inoxidável e de alta resistência
  - ✓ Acoplamento magnético blindado.

---

#### 1.4. Carcaça

- Exclusivamente em “Plástico de engenharia” (composite), com possibilidade de adoção de logística reversa.
- Câmara plástica em polímero de engenharia de alta rigidez e estabilidade dimensional
- Requisitos adicionais:
  - ✓ Suporta pressão estática de até 2 MPa sem deformação ou exsudação.
  - ✓ Gravação em alto ou baixo relevo (mínimo 0,3 mm) da vazão máxima, seta de sentido de fluxo em ambos os lados.
  - ✓ Proteção das extremidades com capa plástica durante o transporte.

---

#### 1.5. Sistema de Transmissão e Totalização

- Sistema de transmissão: Magnético, com blindagem contra interferências externas, para proteção do campo magnético externo Classe 3 (ABNT NBR 15538).
- Dispositivo totalizador seco com cilindros ciclométricos e ponteiros.
- Presença de periféricos com sensores Reed Switch e sensores indutivos
- Sensores Reed Switch – Geração de sinal por interferência magnética; Contagem de pulsos no sentido do fluxo e refluxo; Tensão de trabalho 30Vcc / 100mA (máx) e Resolução 1 pulso/100 litros;
- Sensores Indutivos – Contagem de pulsos no sentido do fluxo e compensada no refluxo; saída tipo NPN com coletor em aberto; Bateria interna com duração estimada de 5 anos ou superior; Tensão em cada saída 3 a 28 Vcc; corrente em cada



saída 20mA; largura de pulso 125ms; Resolução 1pulso/1litro; alarme de fluxo reverso e fraude por manipulação indevida e/ou corte do cabo;

---

#### 1.6. Componentes Internos

- Todos os componentes em contato com o fluido devem ser inertes e atóxicos.
- Turbinas: Polipropileno natural (sem pigmento).
- Filtro: Material resistente à corrosão, impedindo passagem de esfera de:
  - ✓ 2,5 mm para vazões  $\leq 5 \text{ m}^3/\text{h}$ .
  - ✓ 5 mm para vazões  $> 5 \text{ m}^3/\text{h}$ .

---

#### 1.7. Regulador / Selagem

- Regulador externo para aferição em banco de provas.
- Protegido por parafuso de lacração metálico, com lacre em aço inoxidável, fio duplo, espiral soldada.

---

#### 1.8. Identificação e Codificação

- Numeração de série codificada conforme ABNT NBR 8194:2019 e Portaria INMETRO 155/2022.
- Código de barras correspondente ao código alfanumérico sequencial.
- Inscrições obrigatórias e logotipo impresso em preto e branco, conforme legislação vigente.

---

#### 1.9. Pré-equipamento e Blindagem

- Medidor pré-equipado para telemetria indutiva: Obrigatório.
  - ✓ Classe de blindagem: Nível II, com utilização de cinta metálica na relojoaria como dispositivo antifraude.
  - ✓ Conforme ABNT NBR 15538:2023.

---

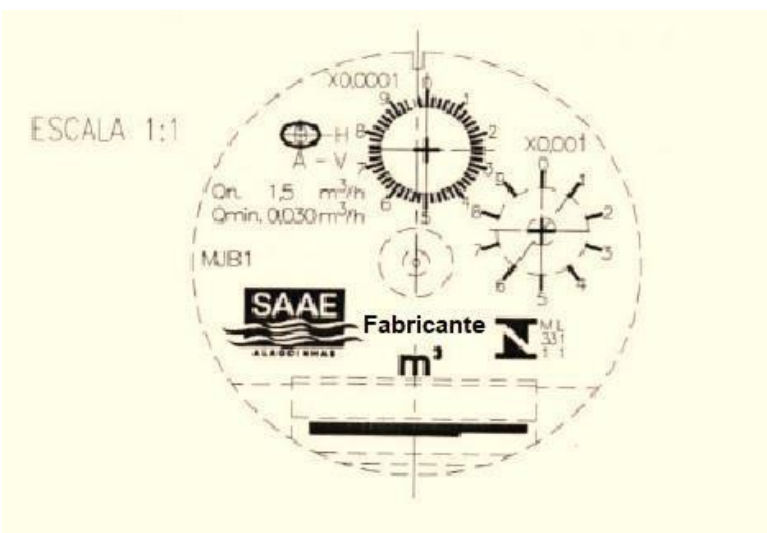

#### 1.10. Requisitos Normativos e Regulamentares

Todos os hidrômetros deverão atender integralmente às seguintes normas técnicas e regulamentações:

- INMETRO
  - ✓ Portaria nº 155/2022: Requisitos técnicos e metrológicos para medidores de água.

- ✓ Portaria nº 246/2000: Regulamento técnico para hidrômetros mecânicos ou magnéticos.
- ABNT
  - ✓ ABNT NBR 8194:2019 – Hidrômetros: requisitos técnicos e dimensionais.
  - ✓ ABNT NBR 5426:1985 – Planos de amostragem e procedimentos.
  - ✓ ABNT NBR 16043-1:2012 – Requisitos técnicos para hidrômetros de água fria.
  - ✓ ABNT NBR 15538:2023 – Requisitos de blindagem eletromagnética.

### 1.11. Apresentação da relojoaria Padrão SAAE Alagoinhas

	<p>I. A relojoaria deve possuir fechamento soldável com a finalidade de reduzir a incidência de embaçamento nas cúpulas em policarbonato.</p> <p>II. O mostrador deverá ser inclinado através de cilindros ciclométrico por proporcionando leitura a 45°.</p> <p>III. Impressão a LASER da Logomarca do SAAE Alagoinhas na relojoaria, não sendo permitida etiqueta como logomarca;</p> 
--	---

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS HIDRÔMETROS**

### **LOTE 2 – HIDRÔMETROS ULTRASÔNICOS**

#### **1.1. Características Gerais**

- Tipo: Hidrômetros do tipo ultrasônico
- Tecnologia: velocimétrica e magnética, com sistema de transmissão magnética blindado contra campos externos.
- Instalação: Posição horizontal e vertical (H/V).
- Pressão máxima de trabalho: 16 bar (16 kgf/cm<sup>2</sup>) ou superior.
- Temperatura máxima admissível (TMA): T50 (50°C), conforme ABNT NBR 16043:2012.
- Vazões:
  - ✓  $Q_3 = 2,5 \text{ m}^3/\text{h}$
  - ✓  $Q_1 = Q_3/\text{range}$
  - ✓ Máxima relação  $Q_3/Q_1 = R400$ .

---

#### **1.2. Dimensões e Conexões**

- Comprimento:
  - ✓ 115 a 165 mm, sem conexão para diâmetro das extremidades roscadas: DN 15 ou 1/2", conforme ABNT NBR 8194:2019
  - ✓ 115 a 190 mm, sem conexão para diâmetro das extremidades roscadas: DN 20 ou 3/4", conforme ABNT NBR 8194:2019

---

#### **1.3. Mostrador (Relojoaria)**

- Tipo seco, orientáveis em até 360° com limitador de rotação e com grau de proteção IP68.
- Tampa protetora articulada, com encaixe metálico, cobrindo toda a relojoaria.
- Equipada com emissor de pulso para medição à distância;
- Totalizador:
  - ✓ Capacidade mínima: 5 dígitos ou superior, com registro mínimo de 99999,999 m<sup>3</sup> e resolução mínima de X0,001 m<sup>3</sup>.
  - ✓ Com QR Code, numeração sequencial, portaria de aprovação e logotipo do fabricante.
- Estrutura interna:

- ✓ Dispositivo indicador de menor velocidade, utilizado para calibração eletrônica e detecção de vazamentos;
- ✓ Componentes em plástico de engenharia.
- ✓ Acoplamento magnético blindado.

---

#### 1.4. Carcaça

- Exclusivamente em “Plástico de engenharia” (composite), com possibilidade de adoção de logística reversa.
- Câmara plástica em polímero de engenharia de alta rigidez e estabilidade dimensional
- Requisitos adicionais:
  - ✓ Suporta pressão estática de até 2 MPa sem deformação ou exsudação.
  - ✓ Gravação em alto ou baixo relevo (mínimo 0,3 mm) da vazão máxima, seta de sentido de fluxo em ambos os lados.
  - ✓ Proteção das extremidades com capa plástica durante o transporte.

---

#### 1.5. Sistema de Transmissão e Totalização

- Frequência LoRaWan 915 MHz;
- Opcional de saída pulsada;
- Equipamento com leitura remota e com a possibilidade de fechamento/corte a distância;
- Equipamento com recebimento e transmissão de dados a servidor;
- Indicação de vazão instantânea;
- Rastreo dos hidrômetros por meio de dispositivo eletrônico/celular;
- Bateria interna com vida útil de 10 anos;
- Alarmes configuráveis para no mínimo 3 negociações contratuais (vazamento, sobre-vazão e tentativa de fraudes);

---

#### 1.6. Componentes Internos

- Todos os componentes em contato com o fluido devem ser inertes e atóxicos.
- Turbinas: Polipropileno natural (sem pigmento).
- Filtro: Material resistente à corrosão, impedindo passagem de esfera de:
  - ✓ 2,5 mm para vazões  $\leq 5 \text{ m}^3/\text{h}$ .
  - ✓ 5 mm para vazões  $> 5 \text{ m}^3/\text{h}$ .

#### 1.7. Regulador / Selagem

- Regulador externo para aferição em banco de provas.
- 

#### 1.8. Identificação e Codificação

- Numeração de série codificada conforme ABNT NBR 8194:2019 e Portaria INMETRO 155/2022.
  - Código de barras correspondente ao código alfanumérico sequencial.
  - Inscrições obrigatórias e logotipo impresso em preto e branco, conforme legislação vigente.
- 

#### 1.9. Sistema de leitura e gerenciamento

- Deverá ser fornecido sistema de leitura e gerenciamento dos medidores baseado em nuvem, e que utilize o protocolo LoRaWan, integrando a medição, coleta, armazenamento e análise dos dados.
- 

#### 1.10. Requisitos Normativos e Regulamentares

Todos os hidrômetros deverão atender integralmente às seguintes normas técnicas e regulamentações:

- INMETRO
  - ✓ Portaria nº 155/2022: Requisitos técnicos e metrológicos para medidores de água.
  - ✓ Portaria nº 246/2000: Regulamento técnico para hidrômetros mecânicos ou magnéticos.
- ABNT
  - ✓ ABNT NBR 8194:2019 – Hidrômetros: requisitos técnicos e dimensionais.
  - ✓ ABNT NBR 5426:1985 – Planos de amostragem e procedimentos.
  - ✓ ABNT NBR 16043-1:2012 – Requisitos técnicos para hidrômetros de água fria.
  - ✓ ABNT NBR 15538:2023 – Requisitos de blindagem eletromagnética.

#### 1.11. Apresentação da relojoaria Padrão SAAE Alagoinhas

- Deverá constar a logomarca do SAAE Alagoinhas no corpo do medidor.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.
- 4.3. A empresa fornecedora de cada lote deverá apresentar a certificação dos equipamentos de acordo com o estabelecido pelo INMETRO.
- 4.4. Cada hidrômetro deverá ser entregue com o certificado de calibração individual junto a cada equipamento.
- 4.5. Na presente contratação apenas será admitida a indicação dos fornecedores que sejam **pré-qualificados na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa)** para o qual os mesmos devem apresentar o certificado de pré-qualificação durante à realização do pregão.
- 4.6. A empresa vencedora do LOTE 1 deverá realizar uma capacitação em fábrica para 2 servidores do SAAE Alagoinhas com carga horária mínima de 8hs, sobre questões técnicas dos equipamentos fornecidos, aspectos de montagem e leitura remota, além da verificação dos ensaios para aprovação do lote. Os custos com deslocamento (aéreo e terrestre), incluindo hospedagem, para a realização da capacitação serão às custas do fornecedor. Durante a visita técnica será liberado o lote para entrega ao SAAE Alagoinhas.
- 4.7. A empresa vencedora do LOTE 2 deverá realizar uma capacitação em fábrica para 2 Técnicos do SAAE Alagoinhas com carga horária mínima de 8hs, sobre questões técnicas dos equipamentos fornecidos, aspectos de montagem e leitura remota, além da verificação dos ensaios para aprovação do lote. Os custos com deslocamento (aéreo e terrestre), incluindo hospedagem, para a realização da capacitação serão às custas do fornecedor. Durante a visita técnica será liberado o lote para entrega ao SAAE Alagoinhas.
- 4.8. As capacitações em fábrica só deverão ocorrer quando o valor do pedido mínimo da Ata de registro de preço superar o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação de fornecimento, atendendo a demanda do setor demandante. O objeto poderá ser em entregue em remessa parcelada ou uma única remessa.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do SAAE, sito na Estação de Água Eng. Francisco Távora (Estação Sobocó), Rua Alto Santo Antônio, Praça Santa Isabel, S/N. Cep.: 48000-396. Alagoinhas- Bahia.
- 5.4. Vale ressaltar que os dias de entrega é de segunda-feira a sexta-feira nos seguintes horários: 08:00h as 11:00h e das 14:00h as 17:00h.

**6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

- 6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 7.2.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

- 7.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 7.6. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão, com fundamento na hipótese do art. 6, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 8.3. Habilitação Jurídica:

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor (última alteração), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações acompanhado dos documentos da eleição de seus atuais administradores;
- c) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### 8.3.1. Regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS.
- h) Comprovação de licença de funcionamento no município da contratada – Alvará de funcionamento ou documento equivalente que comprove regularidade junto ao ente municipal onde a contratada está estabelecida.
- i) CERTIDÃO NEGATIVA DE CONCORDATA OU FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas.

**\*\*** A certidão de quitação dos tributos municipais poderá ser substituída pela apresentação da certidão de quitação de tributos mobiliários.

#### 8.3.2. Qualificação Técnica

- a) Atestados de capacidade técnica, que comprovem a experiência do fornecedor em fornecer os produtos;
- b) Demonstração da conformidade dos produtos com normas técnicas pertinentes.

#### 8.3.3. Certificações e Licenças

Certificações de qualidade, como ISO, caso aplicável, para garantir a conformidade dos produtos.

#### 8.3.4. Certificado de pré-qualificação da EMBASA

Certificações válidas de pré qualificação do fornecedor na Embasa, para

garantir a qualidade do mesmo.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 40 (quarenta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.
  - 9.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de



despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 9.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.9.1 O prazo de validade;
  - 9.9.2 A data da emissão;
  - 9.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 9.9.4 O período respectivo de execução do contrato;
  - 9.9.5 O valor a pagar; e
  - 9.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

- 9.16 O pagamento será efetuado em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 9.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 9.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.19 Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):**

### **10.1 São obrigações da Contratante:**

- 10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado.
- 10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 10.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

- 10.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;
- 10.1.7 Cientificar o órgão de Assessoramento Jurídico da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 10.1.8 Emitir decisão, explicitamente, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente serviço, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.1.9 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):**

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei n. 14.133/2021).

11.2. Alocar os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.3 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal administrativo do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o prazo de 10 (dez) dias após a solicitação, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de prestação dos serviços.

11.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

11.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta (art. 92, XVI da Lei n. 14.133/2021).

11.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **12. DA INSPEÇÃO**

12.1. a) Os hidrômetros deverão ser fornecidos com certificado de verificação quanto à: - estanqueidade. b) Teste hidrostático da carcaça (ENSAIOS).

12.2. Os medidores serão submetidos a qualquer tipo de ensaios previstos em normas técnicas, sendo esses ensaios realizados na fábrica fornecedora ou laboratório credenciado pelo INMETRO, com a presença de técnico do SAAE designado a acompanhar. Os custos (deslocamento e hospedagem) para a condução do técnico do SAAE Alagoinhas à fábrica ou ao laboratório se dará por conta do fornecedor.

12.3. No ato de entrega de cada lote do hidrômetro, serão coletadas amostras aleatórias, conforme NBR 5426/1985, plano de amostragem simples normal nível de inspeção S2, NQA (Nível de Qualidade e Aceitação) que poderão ser submetidos a todos os ensaios descritos a seguir:

12.4. I. DIMENSIONAL: consiste em verificar se as dimensões dos hidrômetros e das roscas se estão de acordo com as normas vigentes;

12.5. II. HIDROSTÁTICO: Consiste em verificar se os medidores suportam, sem danos e/ou exsudação à pressão hidrostática de acordo com as normas vigentes;

12.6. III. ACOPLAMENTO MAGNÉTICO: Consiste na comparação do volume registrado com volume escoado quando os medidores partem do repouso até atingir o funcionamento estável, na vazão correspondente a  $0,70 \times Q_{\text{máx}}$  serão submetidos a esse ensaio somente se forem aprovados no ensaio previsto no item anterior.

12.7. Além dos ensaios descritos acima, as amostras selecionadas poderão ser submetidas aos ensaios descritos na NBR 15538.

### **13. CRITERIOS DE APROVAÇÃO E REJEIÇÃO:**

13.1. Atender todos os ensaios iniciais especificados;

13.2. Os desvios máximos de erros antes e após os ensaios de desgaste estiverem de acordo com a tabela 5 da NBR 15.538;

13.3. O Índice de Desenvolvimento de Medição (IDM) for igual ou superior a 92%;

13.4. O lote será considerado aceito quando a quantidade de medidores aprovados e/ou rejeitados estiver de acordo com os requisitos estabelecidos na NBR 5426;

13.5. A aceitação do lote de entrega estará condicionada a aprovação em todos os ensaios;

13.6. Todos os custos referentes aos procedimentos de inspeção de qualidade do produto deverão ser de inteira responsabilidade da contratada.

### **14. DAS PENALIDADES**

14.1. O descumprimento parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no(s) instrumento(s) de contrato(s) sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas na Lei



14.133, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo, podendo ainda ensejar a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o SAAE de Alagoinhas/BA mais multa, de acordo com a gravidade da infração.

14.2. A inexecução parcial ou total do CONTRATO ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o SAAE de Alagoinhas/BA e multa, de acordo com a gravidade da infração.

14.3. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

14.4. I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 10 (dez) dias corridos contados da data de sua convocação;

14.5. II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso da entrega do objeto;

14.6. III. 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

14.7. O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso ou de outros créditos, relativos ao mesmo CONTRATO, eventualmente existentes.

14.8. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.9. A fiscalização ficará sobre responsabilidade da Coordenação de Hidrometria.

## **15. DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

15.1. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da autorização de fornecimento emitida pelo SAAE.

15.2. A verificação do material (objeto) contratado, para fins de recebimento definitivo, deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento provisório por parte da contratante.

15.3. Os materiais objeto do presente contrato serão entregues no Almoxarifado do SAAE de Alagoinhas, localizado na Estação de Água Eng.º Francisco Távora (Estação Sobocó), Alto do Santo Antônio, Alagoinhas/BA. (75) 3422.4284 / 3421.3938

15.4. Caso seja encontrado alguma inconformidade durante o recebimento provisório, o objeto entrará em processo de devolução, com a CONTRATADA sendo

totalmente responsável por seu recolhimento, ficando a contratada com o prazo de até 03 (três) dias para providenciar sua imediata substituição.

15.5. A entrega, o descarregamento do material solicitado mediante contratação, deverá ser disponibilizado, organizado e armazenado pela CONTRATADA, em local indicado pelo responsável do almoxarifado do SAAE, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

## **16. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1. §1º O preço do objeto será fixo e irrevogável.

16.2. §2º Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar fiel cumprimento deste instrumento.

16.3. §3º O pagamento será efetuado em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias após recebimento e conferência dos materiais e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, não devendo a contratada, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

16.4. §4º Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção e esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

## **17. DO REGIME, FORMA DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES**

17.1. O regime de execução será de forma parcelada, sobre demanda e condições de armazenamento.

17.2. A CONTRATADA OBRIGA-SE A entregar o material com todas as especificações estabelecidas no processo licitatório.

17.3. A CONTRATANTE além das obrigações previstas no instrumento de contratação, obrigasse a proceder ao pagamento das faturas de acordo com os prazos estabelecidos.

## **18. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E RECURSOS FINANCEIROS**

18.1. O(s) contrato(s) originado do processo licitatório, estarão adstritos aos créditos orçamentários, tendo vigência máxima de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

18.2. Dotação Orçamentária:

Função Programática	Elemento de Despesa
17.512.0005.1.064	4.4.90.52.00 – 753

## 19. FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Alagoinhas/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do processo de contratação.

Alagoinhas/BA, 05 de janeiro de 2026.

**Eloísio de Oliveira Silva – Matrícula 246**  
Diretor Comercial



**SAAE ALAGOINHAS**  
LARGO INDEPENDÊNCIA, S/N, KENNEDY, CEP: 48020480  
CNPJ: 13.644.919/0001-60, ALAGOINHAS BA.  
Telefone: 7531826000, Fax: 7531826000

*PÁGINA DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS CONTIDAS EM ARQUIVO ANEXO AO SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO DIGITAL, GERADA AUTOMATICAMENTE, PARA O ARQUIVO 'TR HIDROMETROS COM ULTRASONICO' REGISTRADO EM 24/04/2026 ÀS 17:18 POR ELOISIO DE OLIVEIRA SILVA, PARTE INTEGRANTE DO PROTOCOLO 1278 / 2026 DE N.C 965 TRATANDO DO(A) SOICITAÇÃO DE DESPESA 6/2026 [04/03/2026] 101008 : DIRETORIA COMERCIAL.*

*Este documento foi assinado eletronicamente em 24/04/2026 às 17:20 por...*



**ELOISIO DE OLIVEIRA SILVA**  
DIRETOR COMERCIAL

## ANEXO II PROPOSTA DE PREÇO FINAL

### DADOS DO LICITANTE

EMPRESA:

CNPJ:

### PLANILHA PROPOSTA DE PREÇO FINAL

#### LOTE 1

Código	Especificação	Marca	Quantidade	Unidade	Unitário (r\$)	Total (r\$)
210053	Hidrômetros		6000.0	UND		
HIDRÔMETRO TIPO MULTIJATO, VAZÃO PERMANENTE Q3 2,5M3/H, R80, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 160H / 63V COMPRIMENTO 115MM A 165MM SEM TUBETES, DN 15 OU ½ POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, BLINDAGEM II COM CINTA METÁLICA NA RELOJOARIA, CARCAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.						
210054	HIDRÔMETROS		3400.0	UND		
HIDRÔMETRO TIPO MULTIJATO, VAZÃO PERMANENTE Q3 4,0M3/H, R100, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 160H / 63V COMPRIMENTO 115MM A 190MM SEM TUBETES, DN 20 OU ¾ POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, BLINDAGEM II COM CINTA METÁLICA NA RELOJOARIA, CARCAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA.						

#### LOTE 2

igo	Especificação	Marca	Quantidade	Unidade	Unitário (r\$)	Total (r\$)
210055	HIDRÔMETROS		550.0	UND		
HIDRÔMETRO TIPO ULTRASÔNICO, VAZÃO PERMANENTE Q3 2,5M3/H, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 R400 COMPRIMENTO 115MM A 165MM SEM TUBETES, DN 15 OU ½" POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, COM OPÇÃO DE SAÍDA PULSADA E RADIO LORA, OPÇÃO DE FECHAMENTO/CORTE A DISTÂNCIA, INCLUINDO RECEBIMENTO E TRANSMISSÃO DE DADOS A SERVIDOR, CARCAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. INCLUINDO A DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE LEITURA E GERENCIAMENTO DOS MEDIDORES (SISTEMA EM NUVEM).						
210056	HIDRÔMETROS		50.0	UND		
HIDRÔMETRO TIPO ULTRASÔNICO, VAZÃO PERMANENTE Q3 4,0M3/H, MÁXIMA RELAÇÃO Q3/Q1 R400 COMPRIMENTO 115MM A 190MM SEM TUBETES, DN 20 OU ¾" POL, T50, PRÉ-EQUIPADO PARA TELEMETRIA, COM OPÇÃO DE SAÍDA PULSADA E RADIO LORA, OPÇÃO DE FECHAMENTO/CORTE A DISTÂNCIA, INCLUINDO RECEBIMENTO E TRANSMISSÃO DE DADOS A SERVIDOR, CARCAÇA EM COMPOSITE DE ACORDO COM NORMAS INMETRO E ABNT VIGENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. INCLUINDO A DISPONIBILIDADE DE SISTEMA DE LEITURA E GERENCIAMENTO DOS MEDIDORES (SISTEMA EM NUVEM).						

Total por lote...:

Total Geral...:

OBSERVAÇÃO:

Responsável



**ANEXO III – Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 MODELO**  
**DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026**

A Empresa \_\_\_\_\_, com endereço à \_\_\_\_\_, CNPJ/MF Sob o \_\_\_\_\_ através do seu representante legal, \_\_\_\_\_, R.G. nº. \_\_\_\_\_ CPF nº. \_\_\_\_\_, conforme instrumento em anexo, vem pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, firmada com o SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, neste ato representado por seu Pregoeiro(a) Sr. \_\_\_\_\_, devidamente designada pelo Portaria \_\_\_\_\_ 2025, obrigar-se ao quanto segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto desta ATA é o registro dos Preços da PROPONENTE devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada originária do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 005/2026 E PROCESSO ADM. 005/2026** [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com), visando contratação de empresa por SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e Decreto Federal nº 11.462/2023, destinada a possível contratação de empresa para **FORNECIMENTO DE HIDROMETROS**.

1.2. Os preços da PROPONENTE constante desta ATA SRP ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e do(s) Contrato(s) que venha a ser firmado entre a PROPONENTE e a Administração.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O valor da presente ARP é R\$ (\_\_\_), constantes da proposta de preços apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 005/2026 E PROCESSO ADM. 005 /2026** [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com), que é parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o processo firmado torna-se fixo e irrevogável, inclusive todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza.

2.1.1. Detalhamento:

a) Licitação através de Sistema de Registro de Preços, destinada a contratação de empresa especializada no **fornecimento de hidrometro**

b) Objeto.

ITEM	OBJETO	QT.

Tabela 01

2.2. Nas hipóteses previstas na lei 14.133/21, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico/financeiro do (s) contrato (s), mediante processo fundamentado e aceito pela Administração. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gerenciador do contrato, não devendo por isso computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

**2.3. As entregas dos objetos serão mediante Ordem de Fornecimento.**

2.3.1. Deverá a unidade contratante proceder ao acompanhamento e fiscalização da entrega do Objeto.

2.3.2. O recebimento se dará em caráter imediato para combustível (especificações definidas pela legislação em vigor e que atenda ao regulamento/técnico da Agência Nacional de Petróleo).

2.3.3. O objeto desta licitação deverá ser entregue ao Contratante de forma parcelada conforme solicitação da Autarquia.

2.3.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os itens não atendem às especificações técnicas do objeto licitado (ANP), poderá a Administração suspender a contratação, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a adequação necessária, arcando com danos causados por produtos adulterados.

**III. CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE**

3.1. Esta ata de registro de preços tem validade de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período (Art. 84 da Lei 14.133/2021), estando em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462/2023.

**IV. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE**

4.1. Cumprir, integralmente, sob pena de cancelamento da presente Ata de registro de preços todas as cláusulas constantes dos contratos por ventura firmados.

**4.2.** Cumprir a presente Ata de Registro de Preços, nos termos aqui dispostos, sem prejuízo da cobrança da multa correspondente ao período total do atraso.

**V. CLÁUSULA QUINTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS**

**5.1.** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido nas Normas tributárias.

**5.2.** A PROPONENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de matéria, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nesta avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**VI. CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO**

**6.1.** Para cada fornecimento será assinado um contrato entre a licitante que tenha firmado a Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade compradora, com a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

**6.2.** A adjudicatária será convocada para assinatura do contrato no prazo de 10 (dez) dias a contar do envio da convocação.

**6.3.** O não atendimento no prazo previsto no subitem **6.2** ou a recusa em assinar o contrato pela Adjudicatária, implicará das sanções previstas nesta Ata e no Edital.

**VII. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO**

**7.1.** No tempo de vigência do contrato, o preço é fixo e irreajustável.

**7.2.** Fica assegurado, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**7.3.** Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, a Administração verificar que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, convocará a PROPONENTE, através de correspondência oficial, para adequar os preços registrados aqueles oficialmente, reconhecido pelo órgão gerenciador, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação.

**7.4.** Na hipótese de a PROPONENTE não efetuar a adequação dos preços de mercado, o órgão gerenciador, a seu critério poderá cancelar parcial ou totalmente a Ata de Registro de Preços.

**VIII. CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES**

**8.1.** Poderão ser aplicadas pela Administração à adjudicatária, as sanções previstas na Lei nº. 14.133/21.

**IX. CLÁUSULA NONA – CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DA ATA**

**9.1.** O órgão gerenciador poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar esta ATA, sem que com isso, o Fornecedor tenha direito a interpor recursos ou a indenizações.

**9.2.** O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador.

**X. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o foro da Cidade de Alagoinhas/BA, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Alagoinhas/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Fornecedor/Proponente

**ANEXO IV – MODELO**

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA  
DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos em atendimento ao previsto no EDITAL DE **PREGÃO 005/2026 – ELETRÔNICO** [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com) PROCESSO ADM. **005/2026**, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

DATA:...../ ...../ .....

---

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE  
ASSINATURA E NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE OU  
PROCURADOR COM PODERES ESPECÍFICOS

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) em formato A4 (PDF).

**ANEXO V**  
**CREDENCIAL**

Credencio o Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº....., expedido pela ....., devidamente, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo formular lances verbais, oferta de descontos e praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente ao Edital de **PREGÃO 005/2026** [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com) E PROCESSO ADM. 005/2026.

Alagoinhas/BA, ..... de..... de 2026.

---

(nome da empresa e assinatura do representante legal)

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no Portal [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com) em formato A4 (PDF). Colocar telefone de contato.

**ANEXO VI**  
**MODELO – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

[Texto elaborado pela empresa contratante com informações pertinentes ao serviço prestado semelhante ao do objeto da licitação atestando a capacidade técnica da licitante]

Número do Contrato: [            ]

Natureza dos Serviços: [            ]

Vigência: [            ]

DATA:...../ ...../ .....

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL DO CONTRATANTE  
ASSINATURA E NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRANTE

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com)



**ANEXO VII**

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO  
ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Declaro, para fins de habilitação ao **EDITAL DE PREGÃO 005/2026** – [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com) E **PROCESSO ADM. 005/2026** nos termos Lei 14.133/21, que este estabelecimento executa suas atividades empresariais em estrita obediência ao princípio constitucional do art. 7º, XXXIII, observando a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Declaro ainda, estar plenamente ciente de que qualquer transgressão a esta regra acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme o caso, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato administrativo respectivo.

DATA: ...../ ...../ .....

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

.....

---

ASSINATURA E NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE OU  
PROCURADOR COM PODERES ESPECÍFICOS

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no [www.licitanet.com](http://www.licitanet.com) em formato A4 (PDF).